



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDERNEIRAS

Pederneiras, 11 de agosto de 2025.

## JULGAMENTO DE RECURSO

**Processo Administrativo nº 4960/2025**

**Pregão Eletrônico nº 78/2025**

**Objeto:** Registro de preço para aquisição de medicamentos

Trata-se de recurso administrativo, interposto pela empresa **Inovamed Hospitalar Ltda**, contra a continuidade deste pregão eletrônico realizado em 16/07/2025, alegando que diversas empresas, incluindo ela mesma, foram prejudicadas devido à instabilidade no sistema do Portal de Compras do Governo Federal, o que impossibilitou a oferta de lances nos itens 11, 20, 24, 29 e 31.

A recorrente alega que segundo o edital (cláusulas 8.2, 8.2.1 e 8.2.2), em caso de desconexão superior a 10 minutos, o certame deveria ser suspenso e reiniciado após 24 horas. Ainda assim, o pregoeiro deu continuidade ao processo, o que, segundo a empresa, violou os princípios legais da isonomia, competitividade, vinculação ao edital e vantajosidade, conforme previstos no art. 5º da Lei 14.133/2021.

A recorrente pede a anulação da fase de lances dos itens afetados e o reinício dessa fase, com base na ilegalidade da decisão e na jurisprudência que exige a suspensão do certame em caso de falhas técnicas., e que o recurso seja acolhido, com a anulação da decisão do pregoeiro e o reinício da fase de lances dos itens impactados, conforme certificado no Comunicado nº 23/2025 do Portal de Compras.

Não foram apresentadas contrarrazões.

Apesar da instabilidade momentânea verificada no sistema Comprasnet durante a condução do certame, tal ocorrência não comprometeu a lisura nem a validade do procedimento licitatório. Isto porque, dos 36 (trinta e seis) itens licitados, todos contaram com propostas e lances apresentados em valores inferiores ao estimado, evidenciando a efetiva competitividade e vantajosidade do processo para a Administração Pública.

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União é pacífica ao reconhecer que eventuais falhas ou instabilidades nos sistemas eletrônicos utilizados em licitações somente ensejam a anulação do certame quando comprovado o prejuízo à ampla concorrência ou a algum licitante em específico. Nesse sentido:



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDERNEIRAS

“Não se anula licitação por falhas formais ou instabilidades do sistema quando não há prejuízo à competitividade, à Administração ou aos licitantes.”  
(TCU, Acórdão nº 2731/2013 - Plenário)

Além disso, a anulação do procedimento, como pleiteado pela recorrente, acarretaria prejuízos desproporcionais à Administração, sobretudo considerando que o objeto da licitação – medicamentos – reveste-se de notória urgência, sendo imprescindível sua aquisição célere, em observância aos princípios da eficiência e da continuidade do serviço público (art. 37, caput, da Constituição Federal, e art. 5º da Lei nº 14.133/21).

Ressalte-se, ainda, que dos 36 (trinta e seis) itens licitados, 25 (vinte e cinco) foram homologados sem registro de intenção de recurso por parte dos licitantes, e apenas 1 (um) item foi declarado fracassado (item 17), o que confirma a adequação da decisão administrativa de dar prosseguimento ao certame, em consonância com o princípio da razoabilidade.

No que tange à alegação de prejuízo pela recorrente, verifica-se que não foram apresentados elementos probatórios que demonstrem concretamente a ocorrência de qualquer dano específico, tal como a impossibilidade de registrar lance mais vantajoso ou de lograr êxito em algum item. Conforme dispõe o art. 373, inciso I, do Código de Processo Civil, cabe à parte autora o ônus da prova quanto aos fatos constitutivos de seu direito, ônus este não cumprido pela recorrente.

Dessa forma, não restando evidenciado prejuízo à Administração ou à recorrente, tampouco ilegalidade no prosseguimento do certame, mantém-se a validade dos atos praticados, em observância ao interesse público primário.

Essa decisão visa garantir a legalidade, a transparência e a eficiência do processo licitatório, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e as jurisprudências aplicáveis, assegurando que a contratação atenda plenamente aos interesses da administração pública e aos princípios que regem as licitações.

Eram essas, Senhora Prefeita, as informações que competiam ser dadas a Vossa Excelência sobre o caso, para sua posterior decisão.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDERNEIRAS

Atenciosamente,

---

Priscila dos Reis Mazeto  
Pregoeira